

Ata da Reunião Ordinária do COPEDH/PR — 02/06/2023

Ao segundo dia do mês de Junho do ano de 2023 às 09:00, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar Ala B do Palácio das Araucárias e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob justificativa prévia, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná – COPED/PR. Fizeram-se presentes os (as)

Conselheiros (as) Titulares Governamentais: Aurélio Munhoz (AMP), Jonathan Serpa Sá (TJ-PR), Anderson Rodrigues Ferreira (OAB/PR), **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais:** Jane Vasques (SEJU); Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP). **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Clau Lopes (APP Sindicato). **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Hamilton Serighelli (Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu/CDHMP), Isabela (CODIHC/SEJU), Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR). **Convidados/Colaboradores:** Debora Pradella (NUCIDH/DPEPR), Roselene Sonda (MPPR), Isabela (SEJU/CODIHC).

Justificativa de Ausência: Marcel (Grupo Dignidade) justificou sua ausência. **1.**

Abertura: A princípio, Bruna saudou a todas e todos e informou que ainda não havia quórum suficiente para abertura da reunião, sendo necessário aguardar os (as) demais participantes. Anderson solicitou que, devido à falta de quórum, a reunião fosse alterada para administrativa e seus encaminhamentos sejam homologados na próxima plenária, não sendo formalmente aberta a plenária, por fim, registrou seu respeito à Presidenta pelo seu esforço ininterrupto e que, infelizmente, a consciência dos membros não depende da condução exemplar da Bruna. Hamilton também



26 concordou com a sugestão do Anderson e registrou que às 09h15 não havia quórum
27 mínimo preenchido, então, legalmente não seria possível dar abertura à reunião
28 apesar dos esforços da Presidência e Secretaria. Aurélio questionou se, caso
29 entrem mais conselheiras (os) não seria possível dar abertura na reunião apesar do
30 atraso, visto que a plenária é soberana. Anderson acrescentou que, se a gestão será
31 trocada e for definido que o horário não é importante, perderia a questão da
32 responsabilidade de ele e da Ana (sua suplente) em estarem presente no horário
33 correto de abertura. Aurélio destacou que sua fala foi no sentido da
34 excepcionalidade desta reunião, que não teve quórum mínimo para abertura no
35 horário previsto e agora, não veria problema em dar prosseguimento à reunião se as
36 pessoas estavam presentes. Anderson solicitou que sejam oficiadas as Chefias
37 Imediatas de cada Secretaria sobre a ausência dos (as) representantes. Jane
38 informou que no Regimento Interno não consta que, após os 15 minutos
39 regimentais, se não houver quórum, as reuniões devem ser encerradas, como por
40 exemplo, no Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
41 em que os (as) participantes têm dificuldades para acessar os *links* e a reunião é
42 realizada até a chegada dos (as) conselheiros (as). Ademais, quem deve aceitar (ou
43 não) a justificativa do (a) conselheiro (a) que não pode comparecer à reunião é a
44 plenária. Assim sendo, Bruna questionou se todos (as) gostariam de seguir para a
45 abertura da plenária e destacou que essa prática não deveria se tornar padrão no
46 COPEDH/PR. Anderson registrou via *chat*: “*Contrário, respeito o horário de todos.*”
47 Hamilton também registrou sua contrariedade à abertura. Jane registrou ser
48 favorável à abertura porque há uma pauta importante sobre intolerância religiosa.
49 Anderson acrescentou que não se sente responsável pela ausência dos demais e
50 que a pauta, sim, é muito importante e deveriam serem responsabilizados (as)



51 aqueles (as) que não estavam presentes. Jane indicou que concorda, mas estava
52 apenas justificando seu voto. Anderson disse via *chat*: “*não existe justificativa para*
53 *ilegalidade, fazemos administrativa para ser homologada depois.*”. Aurélio registrou
54 que concorda com o Anderson e que idealmente deveria ser respeitado o horário,
55 entretanto, na prática isso não estava sendo respeitado e a pauta não poderia ser
56 prejudicada pela falta de quórum, por isso, é favorável pela manutenção da pauta e
57 abertura da reunião. Anderson explicou que, em algum momento disse que as
58 pautas não deveriam ser debatidas, mas que os encaminhamentos sejam
59 homologados na próxima plenária. Deste modo, Bruna sugeriu que a reunião fosse
60 feita de forma administrativa como recomendado por Anderson e no dia 12 de
61 Junho, em Reunião Extraordinária, seja homologada. Jane registrou ser contrária à
62 sugestão, pois se já foi referendada a continuidade da reunião, não faria sentido
63 homologar em uma reunião extraordinária. Bruna colocou em regime de votação a
64 proposta de realizar a reunião de forma administrativa para homologação posterior
65 em uma extraordinária. Sem manifestações. Assim, Bruna deu abertura à Reunião
66 — de forma administrativa — do Conselho Permanente de Direitos Humanos do
67 Estado do Paraná (COPEDH/PR). **2. Aprovação da Pauta:** Primeiramente, Hamilton
68 solicitou que as pautas que pediu fossem discutidas no início da reunião porque ele
69 tem uma agenda com o Dr. Olympio às 10h30. Em seguida, Bruna compartilhou a
70 pauta para visualização de todos (as). **7. Deliberação sobre as Denúncias de**
71 **Intolerância e Racismo Religioso:** Fernanda relatou que estava com o Flávio para
72 ajudar na pauta das Casas que foram atingidas e atacadas nas últimas três
73 semanas, solicitando que o COPEDH/PR consiga ajudá-los de maneira mais
74 próxima e de forma mais incisiva, pois por exemplo, existe a Secretaria de Igualdade
75 Racial e o CONSEPIR, mas para as pessoas de Candomblé e Umbanda é como não



76 existisse porque as demandas não são discutidas com a devida seriedade. Não
77 sendo somente uma questão de visibilidade, mas de ajudar que a sociedade
78 compreenda que as Casas de Candomblé existem e cooperam com a Sociedade
79 Civil, sendo Casas de Acolhimento, Casas de Educação e Casas de Identidade, que
80 na pandemia salvaram muitas pessoas da loucura, da fome e muitas mazelas.
81 Entretanto, quando as Casas de Candomblé e Umbanda são atacadas, essa
82 reciprocidade não acontece, os espaços nunca tem tempo e disponibilidade para
83 auxiliar. Portanto, Fernanda destacou que espera que o COPEDH/PR possa ajudá-
84 los dando a atenção e seriedade necessária às questões trazidas, pois são Casas e
85 vidas sendo destruídas e o Racismo Religioso silencia, cala e invisibiliza os crimes
86 cometidos. Bruna questionou se o Boletim de Ocorrência foi lavrado e se a denúncia
87 foi comunicada ao CONSEPIR, além disso, solicitou que fossem encaminhadas
88 todas as informações possíveis para que o Conselho possa provocar a SESP,
89 MPPR, CONSEPIR, DPPR, OAB e demais órgãos pertinentes. Rosilene solicitou
90 que a denúncia fosse encaminhada ao CAOPDH, pois após verificar com o Rafael,
91 foi informada que chegou uma denúncia semelhante ao Centro de Apoio. Fernanda
92 destacou que as Delegacias não estava dando os devidos nomes ao crime, que é
93 Racismo Religioso, geralmente tipificando como brigas entre vizinhos. Anderson
94 sugeriu uma reunião conjunta com o COPEDH/PR, SESP e a SEMI para estabelecer
95 um dialogo aberto e construtivo, com objetivo de discutir as denúncias apresentadas.
96 Jane lembrou que havia sido instituído na SEJU em meados de 2020 um Comitê
97 de Intolerância Religiosa, entretanto, os trabalhos ainda não foram iniciados, então,
98 conversou com o Babá Flávio e outros religiosos que estavam na Comissão do
99 CPICT, assim, a reunião já pode ser agendada com a participação de todos (as)
100 envolvidos (as). Anderson destacou que o caso é grave e pessoas correm riscos



101 sérios, por isso, não se pode aguardar a formação do Comitê, sendo necessário
102 oficial os (as) Secretários (as) para que enviem representantes à reunião. A seguir,
103 Bruna solicitou que seja encaminhado um ofício à Polícia Civil/SESP cobrando
104 explicações sobre a não tipificação de crime de Intolerância Religiosa e Racismo
105 Religioso, além de cobrar a ativação do Comitê citado pela Jane para que participem
106 da reunião o mais rápido possível. Outro ponto destacado por Bruna foi de que ofício
107 conste a solicitação de uma reunião com os (as) Secretários (as) e não somente
108 com Diretores de Departamento, pois são eles quem constroem a política e a defesa
109 dos direitos. Anderson solicitou que a Jane repasse o nome e instituição dos
110 membros do Comitê. Jane informou que a SEMI também recebeu essa denúncia em
111 uma reunião que participou pelo CPECT com a presença da Assessoria do Deputado
112 Renato Freitas e, nesta reunião, o encaminhamento foi uma Audiência Pública
113 depois de uma agenda com o Deputado Estadual Renato Freitas — ele quem
114 alinhará a Audiência Pública. Por fim, Bruna colocou os encaminhamentos
115 supracitados em votação — sem ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **3.**
116 **Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de Maio:** Será aprovada na Reunião
117 Extraordinária do dia 12 de Junho. **4. Informes dos (as) Conselheiros (as/es):** Sem
118 informes. 5. Informes da Secretaria Executiva: Sem informes. **6. Relatório das**
119 **Comissões sobre todos os Protocolos que foram e serão analisados:** Bruna
120 solicitou que as Comissões entreguem um relatório de transição de biênio,
121 constando informações referentes aos protocolos para contextualizar os (as) novos
122 (as) representantes, pois, por experiência própria, quando chegou ao Conselho
123 queria trabalhar, mas não obtinha resposta quanto aos protocolos dos (as) antigos
124 (as) conselheiros (as), não sabendo exatamente o que fazer ou encaminhar.
125 Portanto, Bruna colocou em aprovação do pleno a confecção de um relatório pelas



126 comissões para a transição de biênio — sem ressalvas, aprovado por unanimidade.

127 **9. Relatos das Comissões:** Bruna deu início aos relatos. **10.1 Comissão de**

128 **Acompanhamento Legislativo, Litigância Estratégica e Monitoramento do**

129 **Plano Estadual de Direitos Humanos:** Bruna indicou que o Coordenador da

130 Comissão deveria dar um retorno sobre o andamento do Plano e a tramitação da

131 nova Lei do COPEDH/PR — Marcel justificou sua ausência. **10.4 Comissão de**

132 **Denúncias:** O relato será apresentado na plenária do dia 12 de Junho. **11. Informes**

133 **Gerais:** Sem informes. **12. Encerramento:** Em conclusão, Bruna agradeceu a

134 presença de todos e todas e em sua qualidade de Presidenta deste colegiado, deu

135 por encerrada a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos

136 do Estado do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.